

# O desafio do orçamento monetário

O orçamento monetário, que é elaborado pelo Ministério da Fazenda e sancionado, sem grandes possibilidades de discussão, pelos membros do Conselho Monetário Nacional, tem toda a flexibilidade que decorre da ampla liberdade que tem o próprio governo de recorrer a emissões monetárias, com a única condição de submetê-las, *a posteriori*, à sanção do Congresso.

Mais do que um orçamento, no sentido próprio do termo, é uma declaração de propósitos orçamentários. Não se pode subestimar sua importância, mas não se pode também deixar de lamentar que o preço que se paga por desacatá-lo seja apenas o recrudescimento da inflação.

Aos que imaginam ser esse um documento sério e respeitável, bastaria lembrar que o orçamento referente ao exercício de 1983 estabelecia que o fluxo das operações ativas seria de 4.281,4 bilhões de cruzeiros, mas foi, na verdade, 51,3% maior, e que o passivo não-monetário (financiamento não-inflacionário) seria de 2.962,6 bilhões, tendo sido, porém, 53,5% mais alto. Quanto à base monetária, cujo limite de crescimento

havia sido fixado em 1.318,8 bilhões de cruzeiros (60%), cresceu, na verdade, 1.930,8 bilhões, isto é, 87%...

Mas não foi este o único ano em que foi tão grande a discrepância entre os objetivos previamente fixados e o que efetivamente se fez. Por isso cabe perguntar se merece mais fé o orçamento monetário de 1984, que acaba de ser aprovado.

Só se poderá dar crédito a um documento como esse, no Brasil, no dia em que o Congresso for chamado a sancionar um orçamento único, que englobe, ao mesmo tempo, o orçamento fiscal, os orçamentos das empresas estatais e o orçamento monetário.

Feitas estas ressalvas, temos de reconhecer que o governo elaborou para 1984 um orçamento muito apertado, ao qual se associa o propósito de ater-se tão estritamente quanto possível às regras fixadas:

O orçamento foi arquitetado com grande realismo, mas exige uma disciplina de ferro, para que os gastos não excedam os limites estabelecidos. Antes de o analisarmos, convém esclarecer que o orçamento monetário se divide em três itens. O

primeiro diz respeito aos recursos que as autoridades monetárias terão de desembolsar; o segundo, aos recursos não-monetários (isto é, não-inflacionários) de que poderão dispor; o terceiro item corresponde à diferença entre os dois anteriores e equivale a emissão monetária com efeitos inflacionários. Importa notar que em 1983 a base monetária cresceu o correspondente a 29,8% das operações ativas e que o governo pretende limitar a 21,3% esse financiamento inflacionário em 1984.

Nas operações ativas, 80,5% dos empréstimos concedidos pelas autoridades monetárias são destinados à agricultura, à exportação e à energia (álcool). Nota-se, porém, diferença considerável entre os orçamentos de 1984 e de 1983. No presente exercício, as operações com o setor externo (depósitos em moeda estrangeira, depósitos para operações cambiais, principalmente) exerceram ação deflacionista deveras significativa, correspondente a 1.911,3 bilhões de cruzeiros, valor que é quase igual ao crescimento da base monetária (1.930,8 bilhões). Ora, no próximo ano — a denotar, aliás, certo desaper-

to na situação cambial —, as operações com o setor externo produzirão, segundo se prevê, um impacto expansionista equivalente a 1.422 bilhões de cruzeiros. Por isto, o governo viu-se obrigado a restringir os outros empréstimos e também a ampliar seus recursos não-inflacionários. O crescimento dos recursos não-inflacionários decorrerá, sobretudo, do superávit do orçamento fiscal, estimado em 5.800 bilhões de cruzeiros (contra apenas 2.600 bilhões, em 1983), se bem que, lamentavelmente, se deva antes ao aumento da carga tributária do que à coarctação dos gastos públicos...

O governo está convencido de que a observância desse orçamento monetário dependerá, sobretudo, da consecução das metas fixadas para o primeiro trimestre, que deverá ser o período crítico. Na verdade, porém, tanto do lado dos gastos como do lado das receitas, dependerá da evolução dos preços. Se não conseguir deter prontamente a inflação, o governo, reduzindo os gastos, poderá fomentar as tendências recessionistas. Eis o que se deve, principalmente, ter em vista em 1984.